



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Parecer nº 17/2025 da CCJR sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2025, de autoria do vereador Odair Bressa, que dispõe sobre a concessão de título honorífico de Cidadão Pariquerense ao Senhor Manuel Rocha Alves.

I – EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

1. O projeto em epígrafe, de autoria do vereador Odair Bressa, dispõe sobre a concessão de título honorífico de Cidadão Pariquerense ao Senhor Manuel Rocha Alves.
2. A justificativa da propositura apresenta o seguinte:

“Apresento ao Plenário da Câmara Municipal de Pariquera-Açu o presente Projeto de Decreto Legislativo, o qual tem por objetivo a outorga do título honorífico de Cidadão Pariquerense ao Senhor Manuel Rocha Alves. Natural de Portugal, o Senhor Manuel Rocha Alves construiu uma trajetória marcada pela dedicação ao trabalho e pelo espírito empreendedor. Desde cedo, atuou ao lado da família na construção de um projeto que viria a se tornar referência nacional: a Rede Graal. Com uma visão de futuro e compromisso com a excelência, contribuiu diretamente para a consolidação da rede como um dos maiores grupos do setor de serviços rodoviários do país. Sua atuação influenciou positivamente a economia e a geração de empregos, inclusive em nossa região. Pela relevância de sua trajetória e pelos impactos sociais e econômicos decorrentes de sua atuação, é plenamente merecedor da presente homenagem, a ser realizada em Sessão Solene desta Casa Legislativa.”

3. A proposta veio acompanhada da biografia do homenageado, em cumprimento ao requisito essencial previsto no art. 306 do Regimento Interno.
4. É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

5. Compete a esta Comissão Permanente pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade ou legalidade e técnica legislativa de matérias submetidas à sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno:

“Art. 46 É da competência específica: I – da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: a) manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições que tramitarem pela Câmara, excetuando-se a proposta orçamentária, o plano plurianual de investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os pareceres do Tribunal de Contas do Estado.”

6. A iniciativa parlamentar e os requisitos previstos nos arts. 305 e seguintes do Regimento Interno foram devidamente observados.
7. No que tange à técnica legislativa, o projeto segue os parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.
8. No aspecto financeiro-orçamentário, as eventuais despesas decorrentes da homenagem serão suportadas por dotações previstas no orçamento vigente da Câmara Municipal.
9. Assim, a proposição está em conformidade com as normas legais, regimentais e orçamentárias, sendo viável seu regular prosseguimento.
10. No mérito, o título honorífico visa reconhecer personalidades que, por sua trajetória e atuação, contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento social e econômico da cidade ou do país. Trata-se de uma forma de expressar, em nome da comunidade, a gratidão pelos serviços prestados.

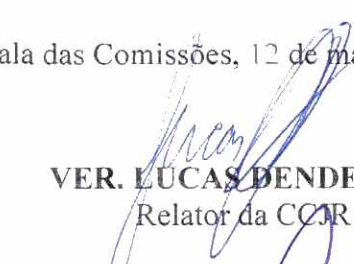


11. O homenageado em questão é figura de notório reconhecimento no cenário empresarial, tendo papel relevante na construção e expansão da Rede Graal. Sua atuação empreendedora resultou em impactos sociais e econômicos positivos, inclusive com reflexos no Vale do Ribeira, o que justifica plenamente a honraria proposta.
12. Por fim, nos termos do art. 305 do Regimento Interno e do art. 3º da Lei Municipal nº 804/2022, para a aprovação do presente projeto será necessária a votação favorável de 2/3 dos membros da Câmara (seis votos), em turno único de deliberação.

III – CONCLUSÃO

13. Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela **constitucionalidade, juridicidade, legalidade e boa técnica legislativa**, razão pela qual **somos FAVORÁVEIS à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2025** e encaminhamos a matéria para deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2025.


VER. LUCAS DENDEVITZ
Relator da CCJR


VER. ENFERMEIRA TALITA
Presidente da CCJR


VER. RODRIGO MENDES
Membro da CCJR